

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Tipo 1 - BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 - Garoto das Meias Vermelhas (Carlos Heitor Cony)

Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito.

Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa.

Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas. Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas.

Ele falou, com simplicidade: "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo. Colocou em mim essas meias vermelhas. Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas.

Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas. Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."

"Ora", disseram os garotos, "mas você não está num circo. Por que não tira essas meias vermelhas e as joga fora?"

O menino das meias vermelhas olhou para os próprios pés, talvez para disfarçar o olhar lacrimoso e explicou:

"É que a minha mãe abandonou a nossa casa e foi embora. Por isso eu continuo usando essas meias vermelhas. Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela."

Carlos Heitor Cony, *Crônicas* (adaptado)

1

"Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito".

Esse primeiro parágrafo do texto 1 é formado por duas orações.

A respeito da estrutura desse parágrafo, a afirmativa correta é:

- (A) a segunda oração é consequência da primeira;
- (B) a primeira oração é condição da segunda;
- (C) as duas orações são independentes semanticamente;
- (D) a segunda oração é explicação da primeira;
- (E) as duas orações são interdependentes.

2

Apesar de narrativo, o texto 1 tem seu primeiro parágrafo no formato descritivo.

Nessa descrição, o autor procura:

- (A) dar marcas físicas e psicológicas do personagem;
- (B) mostrar aspectos psicológicos do menino;
- (C) situar a narrativa num momento temporal passado;
- (D) caracterizar o espaço físico onde vão ocorrer os fatos;
- (E) indicar traços da personalidade do menino que irão alterar-se.

3

"Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa".

A forma de reescrever esse segmento do texto 1 que altera o seu significado original é:

- (A) Na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas;
- (B) Ficava afastado dos colegas na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa;
- (C) Ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa, na hora do recreio;
- (D) Como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas na hora do recreio;
- (E) Como se estivesse procurando alguma coisa na hora do recreio, ficava afastado dos colegas.

4

"Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas".

A causa da zombaria se explica pelo fato de:

- (A) as meias vermelhas não fazerem parte do uniforme escolar;
- (B) a cor vermelha ser predominantemente usada pelas meninas;
- (C) a cor vermelha das meias não ser de uso comum;
- (D) o vermelho ser uma cor que expressa urgência e desespero;
- (E) a cor vermelha ser de uso exclusivo de militares.

5

"Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas".

Nesse segmento do texto 1 há um erro gramatical, que é:

- (A) empregar-se "o cercaram" em lugar de "lhe cercaram";
- (B) haver vírgula após a expressão "Um dia";
- (C) usar-se "lhe perguntaram" em lugar de "o perguntaram";
- (D) grafar-se "porque" em vez de "por que";
- (E) escrever-se "só usava" em lugar de "usava só".

6

A explicação dada pelo menino para o uso de meias vermelhas traz uma marca de emprego coloquial da língua em:

- (A) "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo";
- (B) "Colocou em mim essas meias vermelhas";
- (C) "Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas";
- (D) "Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas";
- (E) "Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."

7

“Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas”.

Esse segmento do texto 1 está em discurso indireto; a frase correspondente em discurso direto é:

- (A) todo mundo vai rir de mim, por causa das meias vermelhas;
- (B) todo mundo riu de mim, por causa das meias vermelhas;
- (C) todo mundo rirá de mim, por causa das meias vermelhas;
- (D) todo mundo irá rir de mim, por causa das meias vermelhas;
- (E) todo mundo ria de mim, por causa das meias vermelhas.

8

Há uma série de ligações lógicas entre várias passagens do texto 1; o valor semântico correto de uma dessas ligações é:

- (A) “Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas” / consequência;
- (B) “Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas” / causa;
- (C) “Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa” / conformidade;
- (D) “Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela.” / companhia;
- (E) “Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela.” / lugar.

9

Ele falou, com simplicidade: "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo. Colocou em mim essas meias vermelhas. Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas.

Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas. Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."

Sobre os sinais de pontuação e sinais gráficos empregados nesse segmento do texto, é correto afirmar que:

- (A) as aspas são empregadas para destacar um segmento importante da narrativa;
- (B) o emprego de vírgula após “Ele falou” é obrigatório;
- (C) o emprego de dois pontos após “colocar as meias vermelhas” seria também adequado;
- (D) o emprego de ponto entre “Eu reclamei” e “Comecei a chorar” é incorreto, já que se deveria empregar a conjunção “e”;
- (E) o emprego de uma vírgula antes de “quando visse um menino de meias vermelhas” é optativo.

10

Sobre a estrutura narrativa do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) o narrador é personagem da narrativa;
- (B) a narrativa é realizada em primeira pessoa;
- (C) o tempo da história narrada é identificado;
- (D) o espaço da história narrada é claramente definido;
- (E) o protagonista da narrativa dá título ao texto.

11

A frase abaixo, do mesmo autor do texto 1, que NÃO estabelece ligação temática com o significado do texto é:

- (A) “Lesadas em sua afetividade, vivem cada dia à espera do retorno dos amores...”;
- (B) “Muitas almas existem, na Terra, solitárias e tristes, chorando um amor que se foi”;
- (C) “Somos responsáveis pelos que cativamos ou nos confiam seus corações”;
- (D) “Que o filho que tomou o rumo do mundo e não mais escreveu, nem deu notícia alguma, volte ao lar”;
- (E) “Trazem o olhar triste de quem se encontra sozinho e anseia por ternura”.

Texto 2 – Os Estatutos do Homem (segmento)

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Thiago de Mello, *Os Estatutos do Homem*

12

O texto 2 é parte de um poema moderno de Thiago de Mello.

A expressão “Fica decretado” insere poeticamente o texto 2 entre os textos:

- (A) instrucionais;
- (B) preditivos;
- (C) publicitários;
- (D) argumentativos;
- (E) normativos.

13

O texto 2 é formulado impessoalmente; o segmento em que isso fica comprovado é:

- (A) fica decretado;
- (B) a maior dor sempre foi e será sempre;
- (C) a quem se ama;
- (D) saber que é a água;
- (E) que dá à planta o milagre da flor.

14

Entre as duas partes do texto 2 (versos 1-3 e 4-5) há um problema de construção, que é:

- (A) a falta de paralelismo;
- (B) a presença de ambiguidade;
- (C) a troca indevida entre parônimos;
- (D) a independência semântica das duas partes;
- (E) o emprego de diferentes tempos verbais.

15

O verso do texto 2 que estabelece uma ligação semântica com o texto 1 é:

- (A) fica decretado que a maior dor;
- (B) sempre foi e será sempre;
- (C) não poder dar-se amor a quem se ama;
- (D) e saber que é a água;
- (E) que dá à planta o milagre da flor.

16

“não poder dar-se amor a quem se ama”; a forma reduzida desse verso pode ser corretamente substituída por:

- (A) que não se pudesse dar amor;
- (B) que não se pode dar amor;
- (C) que não se pôde dar amor;
- (D) que não se podia dar amor;
- (E) que não se possa dar amor.

Texto 3 - O discurso da separação amorosa
Flávio Gikovate em 16/03/2015

Um dos sentimentos mais comuns depois de uma separação amorosa é a enorme curiosidade em relação ao destino do outro. Mesmo o parceiro que tomou a iniciativa fará de tudo para saber como o abandonado está passando. Esse interesse raras vezes resulta de uma genuína solidariedade. Decorre, na maioria dos casos, de uma situação ambivalente que lembra o mecanismo da gangorra. Por um lado, ver o sofrimento de uma pessoa tão íntima nos deixa tristes; por outro, satisfaz a vaidade. Num certo sentido, é gratificante saber que o ex-companheiro vive mal longe de nós e teve prejuízos com a separação. Esse aspecto menos nobre da personalidade humana, infelizmente, costuma predominar.

17

O texto 3 deve ser visto como argumentativo; os argumentos apresentados pelo autor se fundamentam nos(na):

- (A) opinião pessoal do autor;
- (B) testemunhos de autoridade;
- (C) experiência profissional de psicólogos;
- (D) observação científica da natureza humana;
- (E) depoimentos pessoais de pessoas separadas.

18

“Um dos sentimentos mais comuns depois de uma separação amorosa é a enorme curiosidade em relação ao destino do outro. Mesmo o parceiro que tomou a iniciativa fará de tudo para saber como o abandonado está passando”.

Infere-se do segundo período desse segmento do texto 3 que, para o autor do texto:

- (A) a curiosidade é um sentimento que predomina no espírito daquele que foi abandonado;
- (B) a curiosidade sobre o outro é menos esperada naquele que tomou a iniciativa da separação;
- (C) a curiosidade sobre a situação do outro é idêntica nos dois membros de um casal que se separa;
- (D) não há limites para a curiosidade humana;
- (E) o arrependimento da iniciativa de separação leva a uma contínua curiosidade sobre a situação do outro.

19

“Por um lado, ver o sofrimento de uma pessoa tão íntima nos deixa tristes; por outro, satisfaz a vaidade. Num certo sentido, é gratificante saber que o ex-companheiro vive mal longe de nós e teve prejuízos com a separação”.

O emprego da primeira pessoa nesse segmento do texto 3 indica que:

- (A) todos os casos de separação são vistos como experiências pessoais;
- (B) os casos de separação amorosa são generalizados nos tempos atuais;
- (C) a pessoa que se sente abandonada procura conforto nas experiências alheias;
- (D) o autor do texto assume o ponto de vista do parceiro que toma a iniciativa da separação;
- (E) a preferência pela primeira pessoa do plural mostra a semelhança entre os parceiros em caso de separação.

20

O segmento sublinhado do texto 3 que mostra uma substituição INADEQUADA é:

- (A) “Por um lado, ver o sofrimento de uma pessoa tão íntima nos deixa tristes” / De forma parcial;
- (B) “Num certo sentido, é gratificante saber que o ex-companheiro vive mal longe de nós” / De certo modo;
- (C) “Esse interesse raras vezes resulta de uma genuína solidariedade” / raramente;
- (D) “Decorre, na maioria dos casos, de uma situação ambivalente” / geralmente;
- (E) “Um dos sentimentos mais comuns depois de uma separação amorosa é a enorme curiosidade em relação ao destino do outro” / relativamente.

Raciocínio Lógico

21

Dois técnicos analisam 10 processos em 30 dias.

Com a mesma eficiência, quatro técnicos analisarão 20 processos em:

- (A) 15 dias;
- (B) 30 dias;
- (C) 60 dias;
- (D) 90 dias;
- (E) 120 dias.

22

Maria é mais nova que Roberta e Joana é mais velha que Sílvia, que tem a mesma idade de Roberta.

É correto concluir que:

- (A) Maria é mais velha que Sílvia;
- (B) Roberta é mais jovem que Joana;
- (C) Maria é mais velha que Joana;
- (D) Sílvia é mais jovem que Maria;
- (E) Maria e Joana têm a mesma idade.

23

Em um escritório de advocacia há pastas azuis, verdes e marrons. O chefe do escritório disse ao estagiário:

i. Processos trabalhistas são colocados em pastas verdes.

É correto concluir que:

- (A) processo não trabalhista não é colocado em pasta verde;
- (B) dentro de uma pasta verde há sempre um processo trabalhista;
- (C) dentro de uma pasta azul não há um processo trabalhista;
- (D) um processo penal é colocado em pasta marrom;
- (E) pelo menos um processo penal está em pasta azul.

24

Em sua empresa, quando Hugo trabalha além do tempo regulamentar, esse tempo extra é computado e acumulado em minutos. No fim do mês, somente os números inteiros de horas extras trabalhadas são pagas na razão de R\$ 54,00 por hora.

No mês de maio, Hugo trabalhou, além do tempo regulamentar, por 500 minutos.

O valor que Hugo recebeu a mais pelas horas extras foi de:

- (A) R\$ 324,00;
- (B) R\$ 378,00;
- (C) R\$ 432,00;
- (D) R\$ 450,00;
- (E) R\$ 486,00.

25

Simone mora em Florianópolis e comprou alguns móveis em uma fábrica em São Bento do Sul. O gerente da fábrica informou que o preço dos móveis seria acrescido de 20% pelo transporte da fábrica até a casa de Simone.

Ao receber os móveis em casa, Simone pagou o total de R\$ 5.100,00.

O preço pago apenas pelos móveis foi de:

- (A) R\$ 4.080,00;
- (B) R\$ 4.140,00;
- (C) R\$ 4.150,00;
- (D) R\$ 4.220,00;
- (E) R\$ 4.250,00.

26

Em uma fila há 70 pessoas, entre as quais Pedro e João.

Sabe-se que:

- i. Pedro está na frente de João e há duas pessoas entre eles;
- ii. o número de pessoas na frente de Pedro é o dobro do número de pessoas atrás de João.

Nessa fila João ocupa o:

- (A) 45º lugar;
- (B) 46º lugar;
- (C) 47º lugar;
- (D) 48º lugar;
- (E) 49º lugar.

27

Vanda foi ao consultório médico em uma segunda-feira. O médico disse que ela deveria tomar um comprimido de certo remédio todos os dias, durante 180 dias. Vanda começou a tomar o remédio no mesmo dia da consulta e cumpriu exatamente o que disse o médico.

O primeiro dia em que Vanda NÃO precisou tomar o remédio foi:

- (A) uma quarta-feira;
- (B) uma quinta-feira;
- (C) uma sexta-feira;
- (D) um sábado;
- (E) um domingo.

28

Considere a afirmação: “Nenhum médico é cego”.

A negação dessa afirmação é:

- (A) Há, pelo menos, um médico cego;
- (B) Nenhum cego é médico;
- (C) Todos os médicos são cegos;
- (D) Todos os cegos são médicos;
- (E) Todos os médicos não são cegos.

29

Três caixas, despachadas pelo correio, tinham os pesos a seguir:

Caixas	Pesos (kg)
X	3,4
Y	3,42
Z	3,23

A sequência das caixas em ordem crescente de seus pesos é:

- (A) Y, Z, X;
- (B) X, Y, Z;
- (C) X, Z, Y;
- (D) Z, Y, X;
- (E) Z, X, Y.

30

Alberto disse: “Se chego tarde em casa, não ligo o computador e, se não ligo o computador, vou cozinhar. Porém, sempre que ligo o computador, tomo café”.

Certo dia, Alberto chegou em casa e não tomou café.

É correto concluir que Alberto:

- (A) cozinhou;
- (B) chegou tarde;
- (C) não cozinhou;
- (D) chegou cedo;
- (E) ligou o computador.

Conhecimentos Específicos

31

De acordo com o art. 5º, LVIII, da Constituição da República de 1988, “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.”

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, do referido preceito constitucional se extrai uma norma:

- (A) de eficácia limitada de princípio institutivo;
- (B) de eficácia protetiva;
- (C) de eficácia contida;
- (D) de eficácia plena;
- (E) programática.

32

Antônio, insatisfeito com as práticas comerciais adotadas por determinados lojistas, decidiu confeccionar uma “carta aberta” na qual veiculava severas críticas às referidas práticas. Por temer represálias, Antônio não se identificava, inexistindo qualquer informação que permitisse vincular as críticas ao respectivo autor.

À luz da sistemática constitucional, o ato de Antônio está:

- (A) dissonante da Constituição, pois a liberdade de expressão não permite a divulgação pública de opiniões sem autorização;
- (B) dissonante da Constituição, pois, apesar de ser livre a manifestação do pensamento, é vedado o anonimato;
- (C) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de expressão, na democracia, não encontra qualquer limitação;
- (D) em harmonia com a Constituição, pois os lojistas desempenham função pública, sujeitando-os à crítica;
- (E) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de pensamento não está sujeita a qualquer limitador.

33

Jean, brasileiro naturalizado, que adquiriu grande popularidade em razão de suas atividades filantrópicas, decidiu concorrer a um cargo eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governador ou Senador.

À luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de:

- (A) Vice-Presidente e Governador;
- (B) Governador e Senador;
- (C) Vice-Presidente;
- (D) Governador;
- (E) Senador.

34

Maria, Deputada Estadual, almejava apresentar um projeto de lei sobre direito financeiro, tendo constatado que competia à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria.

Com o objetivo de atuar de modo correto, solicitou que sua assessoria esclarecesse o alcance da competência estadual nesse caso.

Com embasamento na sistemática constitucional, a assessoria informou, corretamente, que o Estado, nesse tipo de matéria:

- (A) pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal;
- (B) enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria, possui competência plena;
- (C) somente pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União;
- (D) revogará as normas gerais da União ao editar normas específicas;
- (E) somente pode editar as normas de interesse local.

35

Orlando, servidor do Município Alfa, ao conduzir um veículo utilizado na pavimentação de vias asfálticas, colidiu com o veículo de Pedro, causando-lhe danos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o Município Alfa só pode ser responsabilizado caso seja demonstrado que desconsiderou a inaptidão de Orlando;
- (B) Orlando e o Município Alfa não podem ser responsabilizados por danos causados no exercício da função pública;
- (C) o Município Alfa só pode ser responsabilizado caso seja demonstrada a culpa de Orlando na colisão;
- (D) somente Orlando pode ser responsabilizado, sendo necessário provar a sua culpa na colisão;
- (E) o Município Alfa pode ser responsabilizado ainda que não seja demonstrada a culpa de Orlando.

36

O Deputado Estadual João apresentou projeto de lei disciplinando as competências do Tribunal de Justiça do Estado. Esse projeto seguiu o trâmite regular e deu origem à Lei nº 123/2018.

À luz da sistemática constitucional, sob o prisma formal, a Lei nº 123/2018 é inconstitucional porque a matéria deveria ser disciplinada:

- (A) em lei complementar de iniciativa do Tribunal de Justiça;
- (B) em lei ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça;
- (C) no regimento interno do Tribunal de Justiça;
- (D) na Constituição da República;
- (E) na Constituição Estadual.

37

Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina “Ciência Política.”

Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:

- (A) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
- (B) apenas não pode filiar-se a partido político;
- (C) não pode praticar nenhuma das condutas;
- (D) apenas não pode exercer o magistério;
- (E) pode praticar ambas as condutas.

38

O Tribunal de Contas de determinado Estado, ao apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, emitiu parecer pela sua rejeição. Apesar disso, as contas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, esse proceder está:

- (A) errado, pois o Tribunal de Contas sempre exerce competência decisória, não consultiva, devendo aprovar ou rejeitar as contas do Governador, com recurso ao Tribunal de Justiça;
- (B) errado, pois o Tribunal de Contas somente exerce competência consultiva em relação aos demais gestores públicos, não quanto ao Governador do Estado;
- (C) certo, pois o Tribunal de Contas, em qualquer caso, deve emitir parecer prévio, cabendo ao Poder Legislativo o julgamento das contas do Governador;
- (D) certo, pois apesar de o Tribunal de Contas ter o dever de julgar as contas do Governador, a Assembleia Legislativa aceitou a delegação de competência;
- (E) errado, pois o Tribunal de Contas deve julgar as contas do Governador do Estado, cabendo recurso para a Assembleia Legislativa.

39

Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões.

São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente:

- (A) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público municipal;
- (B) emite ato administrativo de demissão de servidor público municipal, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- (C) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- (D) delega para autoridade municipal hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público municipal, observado o devido processo legal;
- (E) edita emenda à lei orgânica municipal com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

40

Centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica, sem personalidade jurídica e vontade próprias, com intenção de garantir a especialização nas atividades prestadas com maior eficiência, são chamados pela doutrina de Direito Administrativo de:

- (A) órgãos, sejam da Administração Direta, sejam as entidades de direito público da Administração Indireta, e somente podem ser criados ou extintos por meio de lei;
- (B) autarquias, que fazem parte da Administração Indireta, e somente podem ser criadas por meio de lei específica, após regular processo legislativo;
- (C) fundações públicas, que fazem parte da Administração Indireta, e podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo;
- (D) entidades da Administração Indireta, que podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo, após regular processo administrativo ou legislativo;
- (E) entidades da Administração Direta, que somente podem ser criadas ou extintas por meio de lei, após regular processo legislativo.

41

Presidente do Tribunal de Justiça determinou de ofício a remoção de Maria, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário, da Vara Criminal da Capital, para Vara Cível de comarca do interior do Estado. O ato foi motivado em recente estudo sobre o volume de trabalho em todos os órgãos judiciais, que demonstrou sobrecarga de trabalho na citada Vara Cível. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que possui um filho de 8 anos matriculado em escola da capital.

O pleito de Maria:

- (A) merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado e prescinde de prévia concordância do servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- (B) merece prosperar, pois a remoção, apesar de ser ato administrativo discricionário, não pode causar prejuízos ao servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- (C) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, cujo mérito e legalidade não podem ser objeto de intervenção do Poder Judiciário;
- (D) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, e foi devidamente demonstrado o interesse público, não havendo violação à legalidade;
- (E) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado, cujo mérito pode ser objeto de análise pelo Poder Judiciário.

42

Serviço público pode ser conceituado como toda atividade executada pelo Estado visando à promoção de utilidade e comodidade para os cidadãos usuários, com prerrogativas decorrentes da supremacia estatal e sujeições justificadas pela indisponibilidade do interesse público.

Nesse contexto, aplica-se ao serviço público o princípio da:

- (A) continuidade do serviço público, segundo o qual as atividades administrativas devem ser prestadas de forma ininterrupta, razão pela qual o ordenamento jurídico veda o direito de greve aos servidores públicos;
- (B) atualidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, bem como visando à sua melhoria e expansão;
- (C) universalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado de forma geral a todas as pessoas, em igualdade de condições, não podendo ser interrompido pelo inadimplemento do usuário;
- (D) modicidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com tarifas acessíveis à população em geral, com preço público subsidiado pelo poder público, garantida a gratuidade aos comprovadamente hipossuficientes;
- (E) impessoalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado em igualdade de condições para qualquer usuário, e não pode o particular prestador do serviço invocar, em qualquer hipótese, a exceção do contrato não cumprido.

43

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende contratar sociedade empresária para realizar pequenas obras e serviços de engenharia, com valor estimado de cinco mil reais, no salão onde funciona o Tribunal do Júri da Capital.

Levando em consideração os ditames da Lei nº 8.666/93, em tese, a contratação em tela:

- (A) poderá ser feita mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- (B) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade tomada de preços;
- (C) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade convite;
- (D) poderá ser feita com dispensa de licitação ou com prévia licitação nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência;
- (E) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal, ou com prévia licitação na modalidade tomada de preços.

44

Em matéria de controle da Administração Pública, de acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, o Poder Judiciário:

- (A) não se submete a controle por parte do Poder Executivo, em razão do princípio da soberania das decisões judiciais;
- (B) não se submete a controle por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes;
- (C) não se submete a controle por parte do Poder Legislativo, que desempenha apenas atividade de elaboração de leis;
- (D) se submete a controle por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, em razão do sistema de freios e contrapesos;
- (E) se submete a controle contábil, financeiro e orçamentário, por parte do Poder Executivo, por meio do Tribunal de Contas.

45

João, Policial Civil, no exercício da função, recebeu vantagem econômica, que consiste em mesada no valor mensal de cinco mil reais, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar na área circunscricional da Delegacia de Polícia onde está lotado.

Assim agindo, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, João:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo aos cofres públicos, circunstância imprescindível para configuração do ato ímprobo;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal estrita, mas está incurso em penalidade disciplinar;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, à cassação dos direitos políticos, ao ressarcimento ao erário e à perda da função pública;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e da função pública;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

46

A edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, constitui importante passo para inclusão das pessoas com deficiência, para efetivação do princípio da igualdade material, bem como para o fortalecimento e evolução do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o mencionado diploma legal, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- (A) celeridade no andamento dos processos administrativos em geral, nas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exceto para fins de recebimento de restituição de imposto de renda;
- (B) atendimento em todas as instituições e serviços médicos ao público, inclusive sendo dispensada a observância aos protocolos de atendimento médico, em situação de serviços de emergência públicos e privados;
- (C) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, com prazo máximo de cinco dias para obter informações e documentos em órgãos públicos;
- (D) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal;
- (E) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, não sendo tal direito extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

47

Após regular tramitação na Assembleia Legislativa, lei que fixava o novo salário mínimo estadual foi publicada no Diário Oficial de Santa Catarina do dia 02. Verificando-se que do texto da lei não constou o valor correto aprovado pelo Legislativo, foi providenciada nova publicação corretiva da lei, o que ocorreu no dia 03.

Considerando que não foi designada data para vigência da lei, o novo salário passa a vigorar:

- (A) a partir do dia 02;
- (B) a partir do dia 03;
- (C) 45 dias após a publicação do dia 02;
- (D) 30 dias após a publicação do dia 03;
- (E) 45 dias após a publicação do dia 03.

48

Ricardo, empresário bem sucedido, reside em Florianópolis, onde mantém o escritório da sociedade empresária de que é sócio e administrador. É proprietário de casa de praia em Garopaba e de uma chácara em Urubici, para o lazer de inverno da família.

A situação descrita indica como domicílio(s) de Ricardo:

- (A) Florianópolis;
- (B) Urubici;
- (C) Florianópolis, Garopaba e Urubici;
- (D) Garopaba;
- (E) Garopaba e Urubici.

49

A Câmara Municipal de Palhoça é estabelecida em bem próprio do referido ente federativo.

Esse bem deve ser considerado:

- (A) popular;
- (B) dominical;
- (C) de uso privativo;
- (D) de uso especial;
- (E) de uso comum do povo.

50

Ana alugou o apartamento de Luiza, por meio de contrato em que as partes optaram, mediante cláusula expressa, por dispor que a proprietária somente poderia cobrar aluguéis vencidos e não pagos dos últimos seis meses.

A respeito dessa cláusula, é correto afirmar que:

- (A) resulta da liberdade das partes, pelo que deve ser observada;
- (B) é regular, pois altera prazo decadencial;
- (C) é irregular, visto que altera prazo prescricional;
- (D) é condicionada ao não pagamento dos aluguéis no aludido período;
- (E) deve ser a cada seis meses renovada para se manter regular.

51

Quando de uma viagem a Fortaleza, ocorrida em maio de 2011, o casal Carolina e Rodrigo foram fotografados pelo gerente do Quiosque do Vento Ltda., de modo a registrar a presença em uma parede de fotos. No entanto, sem consentimento do casal, o gerente, no mês seguinte à visita deles, imprimiu a foto em tamanho superior ao das demais da parede de exposição e a inseriu em um grande cartaz publicitário afixado na parte externa do estabelecimento. Em maio do corrente ano, Carolina e Rodrigo retornam a Fortaleza e, para rememorar a viagem de 2011, visitam o Quiosque do Vento. Lá chegando, deparam-se com o enorme cartaz e exigem, de imediato, a sua retirada.

Essa exigência de Carolina e Rodrigo é:

- (A) abusiva, visto que permitiram se fotografar pelo estabelecimento;
- (B) inadequada, pois nada mais podem pleitear após o decurso de tanto tempo;
- (C) correta, pois não há desonra ao casal;
- (D) ilícita, já que o local em que foram fotografados é público;
- (E) adequada, pois o direito de personalidade é imprescritível.

52

Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Mas, depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível *ex officio* pelo juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação.

Nesse cenário, deve o juiz:

- (A) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;
- (B) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica;
- (C) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;
- (D) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;
- (E) receber a segunda contestação, em homenagem às garantias da ampla defesa e do contraditório.

53

NÃO constitui título executivo:

- (A) a nota promissória;
- (B) o contrato de seguro de vida, no caso de óbito;
- (C) o documento particular, desde que assinado pelo devedor e por uma testemunha;
- (D) o crédito referente a contribuições de condomínio edilício, previstas na convenção ou aprovadas em assembleia, desde que documentalmente comprovadas;
- (E) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

54

Define-se a prevenção do juízo para processar e julgar duas ações conexas, propostas perante órgãos jurisdicionais distintos, pela:

- (A) distribuição da petição inicial;
- (B) prolação do despacho liminar positivo;
- (C) prolação de qualquer despacho, ainda que se limite a determinar a emenda da petição inicial;
- (D) citação válida;
- (E) citação, ainda que inválida.

55

De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que:

- (A) devem eles ser contados em dias corridos;
- (B) o ato processual praticado antes de seu termo inicial deve ser reputado intempestivo;
- (C) ficam eles suspensos entre os dias 24 de dezembro e 07 de janeiro, inclusive;
- (D) não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da parte;
- (E) salvo disposição em contrário, são eles contados incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.

56

Marcelo, menor absolutamente incapaz, devidamente representado, sem requerer o benefício da gratuidade de justiça, propôs uma ação de indenização em face de uma empresa particular, pedindo o ressarcimento de dano material de 50 mil reais. Funcionando como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público requereu a produção de prova pericial para a instrução do feito. As partes não se opuseram ao requerido pelo Ministério Público, tendo o perito estipulado o valor de seus honorários em dez mil reais para a elaboração de sua perícia técnica, o que foi deferido pelo juízo.

Nesse sentido, incumbe:

- (A) ao autor adiantar os dez mil reais referentes ao valor da perícia;
- (B) ao Ministério Público adiantar os dez mil reais referentes ao valor da perícia;
- (C) à empresa ré adiantar os dez mil reais referentes ao valor da perícia;
- (D) ao Poder Judiciário adiantar os dez mil reais referentes ao valor da perícia;
- (E) ao Poder Executivo adiantar os dez mil reais referentes ao valor da perícia.

57

Maria e Fátima foram citadas em uma demanda indenizatória proposta por João, sob o rito comum. Após audiência de mediação, que restou infrutífera, apenas Maria constituiu procurador, que apresentou contestação. O juiz decretou a revelia de Fátima e, finda a fase instrutória, julgou procedente o pedido formulado por João em face de ambas as rés.

Maria, para interpor o recurso de apelação, deverá observar o prazo:

- (A) simples de 10 dias úteis;
- (B) simples de 15 dias úteis;
- (C) dobrado de 20 dias úteis;
- (D) dobrado de 30 dias úteis;
- (E) dobrado de 30 dias corridos.

58

Em uma audiência de instrução e julgamento, foi colhido o depoimento de uma testemunha do autor, apesar de ter sido arguida sua suspeição pela parte ré. O julgador prolatou sentença de procedência do pedido com base apenas na prova documental acostada aos autos.

Em caso de apelação sob o argumento da nulidade daquele depoimento, a referida sentença será:

- (A) reformada, pois deverá ser invertido o resultado do julgamento;
- (B) anulada, já que posterior ao ato considerado nulo;
- (C) confirmada, já que é independente da prova oral produzida no processo;
- (D) complementada, com a indicação de que a testemunha é suspeita;
- (E) substituída por outra a ser proferida pelo julgador, de qualquer teor.

59

Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer.

Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:

- (A) a tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
- (B) a tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio;
- (C) o fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
- (D) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
- (E) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

60

Em dificuldades financeiras, Ana ingressa, com autorização da proprietária do imóvel, na residência vizinha àquela em que trabalhava com o objetivo de subtrair uma quantia de dinheiro em espécie, simulando para tanto que precisava de uma quantidade de açúcar que estaria em falta. Após ingressar no imóvel e mexer na gaveta do quarto, vê pela janela aquela que é sua chefe e pensa na decepção que lhe causaria, razão pela qual decide deixar o local sem nada subtrair. Ocorre que as câmeras de segurança flagraram o comportamento de Ana, sendo as imagens encaminhadas para a Delegacia de Polícia.

Nesse caso, a conduta de Ana:

- (A) configura crime de tentativa de furto em razão do arrependimento posterior;
- (B) configura crime de tentativa de furto em razão do arrependimento eficaz;
- (C) configura crime de tentativa de furto em razão da desistência voluntária;
- (D) não configura crime em razão da desistência voluntária;
- (E) não configura crime em razão do arrependimento eficaz.

61

Em Direito Penal, um dos temas mais debatidos na doutrina e na jurisprudência é a aplicação da pena. De acordo com o artigo 68 do Código Penal, deverão ser observadas três etapas distintas na dosimetria da pena.

Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código Penal e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) no caso de ser reconhecida a presença dos requisitos para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não precisará o magistrado fixar na sentença o regime inicial de cumprimento de pena;
- (B) na aplicação da pena, primeiro é aplicada a pena base, depois as causas de aumento e de diminuição e, por último, são analisadas as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- (C) no momento de reconhecer a presença de circunstâncias atenuantes e agravantes, não poderá o magistrado fixar a pena abaixo do mínimo legal ou acima do máximo cominado ao tipo;
- (D) na aplicação do regime inicial de pena nos crimes punidos apenas com pena de detenção, poderá o magistrado aplicar regime inicial fechado, semiaberto ou aberto;
- (E) no concurso de causas de aumento e de diminuição previstas na parte especial, não pode o juiz considerar apenas uma delas, cabendo aplicá-las em escala.

62

O perdão judicial poderá ser aplicado quando, devidamente previsto em lei, as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a própria sanção se torne desnecessária.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o perdão judicial poderá ser aplicado no homicídio culposo, quando as consequências atingirem o agente de forma grave o suficiente para tornar a pena desnecessária, mas não na lesão corporal culposa;
- (B) a sentença que aplica perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência, em que pese haja reconhecimento da prova da materialidade e da autoria;
- (C) o perdão judicial é previsto no Código Penal como causa de exclusão da culpabilidade, em que pese haja tipicidade e ilicitude, gerando absolvição própria;
- (D) a sentença que reconhece perdão judicial impõe absolvição imprópria, gerando aplicação de medida de segurança;
- (E) o perdão judicial é causa de exclusão da tipicidade, gerando absolvição própria.

63

Vitor atua como servidor de determinado cartório judicial de Tribunal de Justiça. Surpreso, ao verificar que o computador do cartório era avaliado em R\$5.000,00, decide subtrair o bem, na parte da noite, utilizando-se, para tanto, da chave do cartório que permanecia em sua posse. Precisando de ajuda para impedir que as câmeras de segurança captassem sua ação, narra o seu plano criminoso para seu vizinho Caio, e este, sabendo que Vitor, em razão de sua função, tinha acesso ao local, confia na empreitada delitiva e aceita dela participar.

Após a subtração do computador da forma arquitetada, já do lado de fora do Fórum, Vitor e Caio são abordados e presos em flagrante.

A conduta de Vitor tipifica o crime de:

- (A) furto qualificado com a causa de aumento do repouso noturno, já que o delito foi praticado em concurso de pessoas, não podendo os agentes responderem por crimes diferentes;
- (B) peculato, enquanto a conduta de Caio se ajusta ao crime de furto qualificado em situação de repouso noturno, tendo em vista que o peculato é crime classificado como próprio;
- (C) furto qualificado, sem a causa de aumento do repouso noturno, assim como a de Caio, tendo em vista que o crime foi praticado por Vitor na condição de particular;
- (D) peculato, assim como a de Caio, apesar de o crime contra a Administração Pública ser classificado como próprio;
- (E) peculato, assim como a de Caio, tendo em vista que o crime de peculato não é classificado como próprio.

64

No curso de ação penal em que Roberto figurava como denunciado, entrou em vigor lei que versava sobre processamento de ação penal em procedimento comum ordinário, com conteúdo exclusivamente processual penal, prejudicial ao réu.

O técnico judiciário, no momento de auxiliar no processamento do feito, deverá aplicar a:

- (A) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, não admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva ou analógica da lei processual;
- (B) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva, mas não aplicação analógica da lei processual;
- (C) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual;
- (D) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva, mas não aplicação analógica da lei processual;
- (E) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual.

65

Cinco meses após ser vítima de crime de calúnia majorada, Juliana, 65 anos, apresentou queixa em desfavor de Tereza, suposta autora do fato, perante Vara Criminal, que era o juízo competente. Recebida a queixa, no curso da ação, Juliana, solteira, veio a falecer, deixando como único familiar sua filha Maria, de 30 anos de idade, já que não tinha irmãos e seus pais eram previamente falecidos. Após a juntada da certidão de óbito, o serventuário certificou tal fato na ação penal.

Diante da certidão e da natureza da ação, é correto afirmar que:

- (A) deverá a ação penal, diante da apresentação de queixa pela vítima antes de falecer, ter regular prosseguimento, intimando-se Maria dos atos, em razão do princípio da indisponibilidade das ações privadas;
- (B) o juiz, diante da natureza da ação penal de natureza privada, extinguir o processo sem julgamento do mérito, não podendo terceiro prosseguir na posição de querelante;
- (C) deverá ser reconhecida a decadência caso Maria não compareça em juízo no prazo legal para dar prosseguimento à ação penal;
- (D) deverá ser reconhecida a perempção caso Maria não compareça em juízo no prazo legal para dar prosseguimento à ação penal;
- (E) poderá Maria, diante do falecimento de Juliana, prosseguir na ação penal, que passará a ser classificada como privada subsidiária da pública.

66

Após investigação, foi identificado que Arthur era autor de um crime de falsidade ideológica de documento particular (pena: 1 a 3 anos de reclusão e multa), figurando como vítima Zeca. Juntada a folha de antecedentes criminais, verificou-se que Arthur nunca respondeu a qualquer outra ação penal.

Considerando o crime de falsidade ideológica de documento particular, com base nas previsões da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), a infração:

- (A) não é de menor potencial ofensivo, de modo que não cabe suspensão condicional do processo, transação penal e nem composição civil dos danos;
- (B) não é de menor potencial ofensivo, mas cabe proposta de suspensão condicional do processo;
- (C) é de menor potencial ofensivo, cabendo proposta de suspensão condicional do processo;
- (D) é de menor potencial ofensivo, mas não cabe proposta de transação penal;
- (E) é de menor potencial ofensivo, cabendo composição civil dos danos.

67

O princípio da presunção de inocência estabelece que ninguém pode ser considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Em consequência, a manutenção da prisão após o flagrante somente se justifica em situações excepcionais.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o Código não admite a decretação de prisão preventiva quando ao crime doloso imputado for cominada pena inferior a 4 anos, ainda que o agente seja reincidente na prática de crime da mesma natureza;
- (B) o flagrante é válido quando o agente, apesar de não ser preso cometendo a infração ou quando acaba de cometê-la, é encontrado, logo depois, com objeto que faça presumir ser o autor da infração;
- (C) a prisão em flagrante somente poderá ser realizada por agente público no exercício de função, sob pena de ilegalidade;
- (D) o descumprimento de medida protetiva de urgência não é fundamento idôneo para justificar eventual decretação da prisão preventiva;
- (E) as medidas cautelares alternativas não podem ser decretadas de ofício no curso da ação penal.

68

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Antônio pela suposta prática do crime de peculato. O juiz, porém, considerando a ausência de justa causa, rejeitou a denúncia oferecida. Em razão disso, intimado pessoalmente, o Promotor de Justiça entregou ao cartório o procedimento com o recurso cabível.

O recurso apresentado pelo Ministério Público aos serventuários de Justiça é o de:

- (A) recurso em sentido estrito;
- (B) embargos infringentes;
- (C) embargos de declaração;
- (D) apelação;
- (E) agravo.

69

Analise as situações a seguir:

- I) Zé praticou, na mesma data, um crime comum e um crime militar, sendo que a prova da primeira infração influi na prova da segunda. Apesar da conexão, haverá separação dos processos para julgamento.
- II) Caio praticou crime doloso contra a vida em conexão com crime de competência da vara criminal estadual comum. Diante disso, prevalecerá a competência do júri.
- III) Pedro e Paulo foram acusados de uma mesma infração penal, mas em ações penais diferentes. Haverá, entre as duas ações penais, relação de continência.

De acordo com as previsões do Código de Processo Penal sobre o tema competência, está correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente I e III;
- (C) somente II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

70

Patrick foi denunciado e condenado, em primeira instância, perante a 1ª Vara Criminal de Florianópolis, pela prática de crime de corrupção passiva. Após a condenação, dentro do prazo legal, apresentou o recurso cabível, que se encontra pendente de julgamento. Nesse período, foi novamente denunciado pela prática do crime de corrupção passiva, dessa vez perante a 2ª Vara Criminal de Florianópolis, sendo verificado pelo teor da denúncia que os fatos imputados são os mesmos daquela ação da 1ª Vara Criminal.

A defesa técnica de Patrick, poderá apresentar, ao responder a segunda ação penal, a exceção de:

- (A) incompetência do juízo, que deverá ser processada nos autos principais;
- (B) coisa julgada, que deverá ser processada em autos apartados;
- (C) coisa julgada, que suspenderá o andamento da ação penal;
- (D) litispendência, que deverá ser processada em autos apartados;
- (E) suspeição, que precederá a qualquer outra eventualmente oposta.

Realização

